

A AMAZÔNIA NO CENTRO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL

*THE AMAZON AT THE CENTER OF
GLOBAL GEOPOLITICS*

*LA AMAZONÍA EN EL CENTRO DE LA
GEOPOLÍTICA GLOBAL*

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Professora da Universidade Federal de
Rondônia
mada.geoplan@gmail.com

Resumo:

O artigo analisa a inserção da Amazônia nas dinâmicas globais, evidenciando de que maneira os projetos geopolíticos influenciam a configuração territorial, socioeconômica e ambiental da região. A geopolítica, que estuda a interação entre geografia, acontecimentos históricos e políticos, é utilizada para interpretar fenômenos globais. A metodologia baseia-se na revisão de literatura sobre a colonização e exploração da região, enfatizando os interesses externos que influenciam sua dinâmica. Os resultados indicam que, desde a colonização, a Amazônia tem sido palco de disputas para exploração de seus recursos naturais e para sua integração à economia global, evidenciado em monumentos nas capitais estaduais. Essas ações desconsideram frequentemente as populações tradicionais, gerando impactos sociais e culturais significativos. No contexto atual, a região tem um papel central nas mudanças climáticas e na transição energética, dado à sua importância na regulação do clima e na geração de energia hídrica, permanecendo no centro das atenções globais.

Palavras-chave: Geopolítica, Amazônia, Monumentos, Recursos Naturais.

Abstract:

The article analyses the integration of the Amazon into global dynamics, highlighting how geopolitical projects influence the region's territorial, socioeconomic, and environmental configuration. Geopolitics, which studies the interaction between geography, historical events, and politics, is used to interpret global phenomena. The methodology is based on a literature review on the colonization and exploitation of the region, emphasizing external interests that influence its dynamics. The results indicate that, since colonization, the Amazon has been the scene of disputes over the exploitation of its natural resources and its integration into the global economy, evidenced by monuments in state capitals. These actions often disregard traditional populations, generating significant social and cultural impacts. In the current context, the region plays a central role in climate change and the energy transition, given its importance in climate regulation and hydropower generation, keeping it at the center of global attention.

Keywords: Geopolitics, Amazon, Monuments, Natural Resources.

Resumen:

El artículo analiza la inserción de la Amazonía en las dinámicas globales, destacando cómo los proyectos geopolíticos influyen en la configuración territorial, socioeconómica y ambiental de la región. La geopolítica, que estudia la interacción entre la geografía, los acontecimientos históricos y políticos, se utiliza para interpretar los fenómenos globales. La metodología está basada en una revisión de literatura sobre la colonización y exploración de la región, enfatizando los intereses externos que influyen en su dinámica. Los resultados indican que, desde la colonización, la Amazonía ha sido escenario de disputas por la exploración de los recursos naturales y su integración a la economía global, evidenciado en monumentos en las capitales de los estados. Estas acciones ignoran frecuentemente a las poblaciones tradicionales, generando importantes impactos sociales y culturales significativos. En el contexto actual, la región tiene un papel central en el cambio climático y la transición energética, dada su importancia en la regulación climática y la generación hidroeléctrica, manteniéndose en el centro de la atención global.

Palabras-clave: Geopolítica, Amazonía, Monumentos, Recursos Naturales.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a inserção da Amazônia nas dinâmicas globais, evidenciando de que maneira os projetos geopolíticos influenciam a configuração territorial, socioeconômica e ambiental da região. A geopolítica, como campo de estudo, investiga as relações entre poder e espaço geográfico, buscando compreender as posições políticas e os efeitos das ações ao nível global. Nesse contexto, a região Amazônica sempre se destacou como um ponto central na geopolítica mundial, devido aos interesses políticos, econômicos e ambientais em torno de seus recursos naturais.

A Amazônia, rica em biodiversidade e detentora da maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, é estratégica no combate às mudanças climáticas, por seu papel na regulação das chuvas na América do Sul. Este cenário desafia o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, e o modo de vida das comunidades tradicionais que habitam a região. Compreender como os projetos geopolíticos globais impactam a Amazônia é essencial para entender o seu papel no contexto geopolítico mundial contemporâneo.

Para esse feito, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa e analítica, a partir de revisão bibliográfica e documental, explorando diferentes períodos e eventos que contribuíram para a construção da dinâmica geopolítica da Amazônia. O estudo também faz uso da análise dos monumentos existentes em espaço público nas capitais dos estados que compõe a Amazônia, com o intuito de ilustrar a materialização das dinâmicas de poder e os projetos geopolíticos, seguindo os seguintes processos operacionais:

a) Revisão bibliográfica e documental: Análise de textos que retratam a história, tratados, projetos de integração territorial e políticas públicas que influenciaram a ocupação e a formação socioespacial da Amazônia ao longo dos séculos;

b) Análise de projetos geopolíticos globais e suas repercussões locais: investigação dos interesses globais, especialmente relacionados aos recursos naturais da Amazônia, e seus impactos diretos nas dinâmicas locais, incluindo questões ambientais, sociais e econômicas;

c) Análise de monumentos em espaços públicos: Avaliação de como as representações de poder e as narrativas geopolíticas foram materializadas em monumentos, refletindo a influência externa na região e como estas moldam a identidade regional.

As interações entre projetos geopolíticos globais e seus impactos na Amazônia, analisadas sob uma abordagem histórica e contemporânea, exploram a importância estratégica da região na geopolítica global. Esse estudo destaca eventos significativos e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Os monumentos públicos nas capitais amazônicas simbolizam a implementação desses projetos e a relação entre poder envolvida. Ou seja, os monumentos evidenciam parte das estratégias de projetos geopolíticos, desencadeados por ações planejadas pela nação ou grupos, para alcançar certos interesses políticos, econômicos, militares e culturais no cenário global.

Os projetos políticos são estratégia adotada por um Estado Nacional para atuar no cenário internacional e são geralmente influenciados pela localização geográfica, recursos naturais, alianças internacionais, ideologias e objetivos de poder, sendo uma parte fundamental da política externa de uma nação. Por fim, a nova dinâmica

global que envolve a Amazônia aborda o desafio gerado pela crise climática e pela transição energética.

Geopolítica da Amazônia: da expansão colonial à fronteira do capital

O conceito de geopolítica, segundo Steuckers, (1997) foi introduzido por Rudolf Kjellén (1864-1922), e visa examinar as interações entre países e territórios sob aspectos econômicos, políticos e culturais. De acordo com Amusquivar e Passos (2018), a geopolítica busca compreender a relação entre a lógica de poder dos Estados, a demarcação dos territórios e as características geográficas disponíveis a esses atores, sendo usada pelos estadistas para assegurar a primazia política, econômica e militar por meio da expansão territorial

Nesse contexto, a exploração dos recursos naturais e a ocupação da Amazônia foram as principais estratégias adotadas ao longo do tempo para atender a interesses externos, desde o período colonial até os dias atuais. O controle territorial da região tornou-se elemento central nas relações internacionais do Brasil, especialmente durante o período colonial, quando Portugal expandiu suas fronteiras na região para além do limite estabelecido pelo tratado de Tordesilhas, para garantir o controle do território.

A geopolítica, segundo Becker (2005), foi essencial para garantir a soberania sobre o território amazônico, especialmente em momentos de crescente demanda pelo uso dos seus recursos naturais, o que impulsionou a exploração desta vasta área. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma linear, alternando entre períodos de apogeu e decadência, com a implementação de diversos projetos

geopolíticos ao longo dos séculos. Esses períodos podem ser assim resumidos:

- Séc. XVI e XVII: Colonização e Exploração – exploradores espanhóis e missões religiosas portuguesas.
- Séc. XVIII e XIX: Independência e Exploração – destaque para o Tratado de Madri, o Tratado de Petrópolis e a exploração da borracha.
- Século XX (1940 - 1960): O Programa de Integração Nacional e Desenvolvimento – (PIN).
- 1960-1980: Ocupação e Expansão Econômica do Estado – “Marcha para o Oeste” para “desenvolver” e “integrar” o território amazônico, exemplificado pelo Polamazônia.
- 1990-2010: Articulação das infraestruturas para expansão do capital - Eixos Nacionais de Desenvolvimentos (ENIDS) e a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), conectando a região o mercado global e intensificando o debate sobre a necessidade de conciliar o controle territorial e preservação ambiental (IIRSA, 2002).
- 2020 em diante: A Amazônia como fronteira do capital natural - avanço de infraestruturas minerárias, agrícolas, hidroviárias e hidrelétricas e apelo crescente para a transição energética, exigindo governança que integrem a preservação ambiental e o bem-estar das populações tradicionais.

A Amazônia teve um papel central nas dinâmicas globais e passou por transformações significativas ao longo do tempo. No

século XIX, a migração nordestina, atraída pela extração de borracha, acelerou o povoamento e a urbanização em estados como Acre, Amazonas e Pará (Motta, 2002). No século XX, Belém (PA) e São Luís (MA) eram a terceira e a quarta cidades mais industrializadas do Brasil, enquanto São Paulo (SP) emergiu como polo industrial após a crise da borracha e as políticas da Era Vargas (Cano, 2002; Mourão, 1989).

As cidades amazônicas foram estruturadas a partir da pós-ocupação colonial, com entrepostos comerciais e uma vasta rede de vias fluviais, conectando-se a um complexo sistema agroextrativista que permeava as regiões ribeirinhas, de várzea e terra firme. A configuração geopolítica da segunda metade do século XX foi marcada por iniciativas como Programa de Integração Nacional e Desenvolvimento (PIN), que incluiu a construção de grandes eixos rodoviários, como a Rodovia Belém-Brasília, que facilitou a mobilidade interna e promoveu implicações geopolíticas ao conectar regiões até então isoladas (Golbery, 1967).

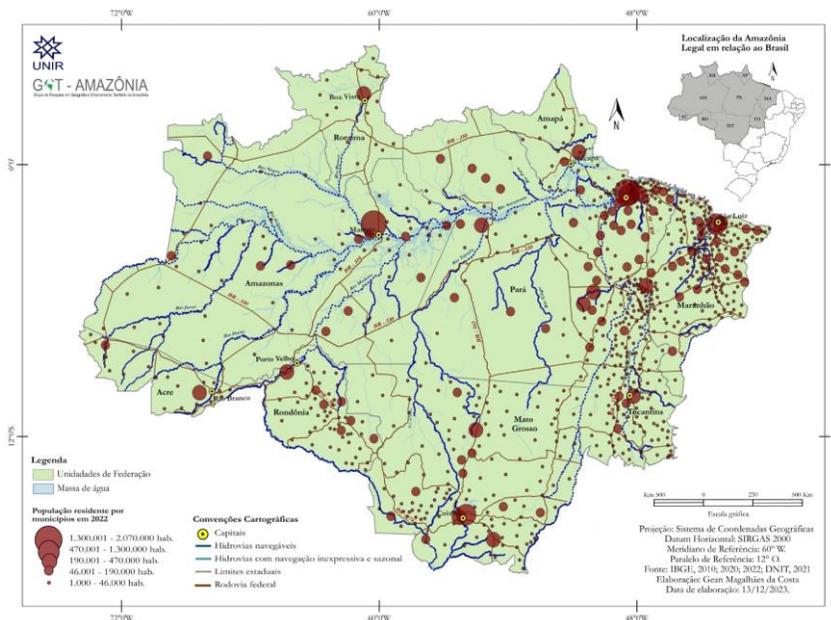
Entre as décadas de 1960 e 1970, o Brasil incentivou a ocupação da Amazônia com a estratégia de integrar o território nacional, controlar as fronteiras e reduzir os conflitos sociais no Centro-Sul. Esse movimento resultou na instalação de cerca de 36%¹ dos imigrantes que vieram para a Amazônia, a se estabelecerem em Rondônia, o que impulsionou a economia do estado. A implementação de estradas, hidrelétricas, projetos de colonização e outras políticas transformou a economia regional, transitando do extrativista para

¹ Maior detalhe, ver Núcleo de Estudos de População (NEPO) - Sistematização das Informações Censitárias sobre Migração – Estado de Rondônia - Dados Demográficos, 1999.

as atividades agropecuária e mineração (Morales, 1988; Becker, 1990).

Desde a década de 1990, a expansão do capital na Amazônia Legal Brasileira levou à formação de uma nova configuração urbana. Atualmente, a região possui 775 municípios e cerca de 28,4 milhões de habitantes (IBGE, 2021), com uma predominância de municípios de pequeno porte, sendo que 86% deles têm até 50 mil habitantes (Figura 1). A dinâmica interna e as interações externas da região influenciam sua estrutura econômica, social e ambiental (Imazon, 2009). Correia (2006, p. 43; 1987) destaca a "rede urbana", composta por centros interconectados, refletindo a redefinição da Amazônia na divisão do trabalho capitalista contemporâneo.

Figura 1: Amazônia, rios, estradas e cidades



Fonte: Adaptado de infoamazônia, 2024.

A Amazônia continua sendo estratégica para o capital natural, especialmente no contexto das energias renováveis, com a Bacia

Amazônica desempenhando um papel importante no sistema elétrico do Brasil (Castro, 2021). Sua posição na geopolítica global é refletida nos monumentos das capitais estaduais da região, que geralmente homenageiam figuras históricas associadas à elite branca. Esses monumentos evidenciam um contexto elitista, destacando dinâmicas de poder e exclusão histórica que influenciam a identidade da Amazônia.

A Geopolítica da Amazônia Expressa em Monumentos Públicos: uma reflexão sobre memória e poder

Os monumentos são símbolos que refletem dinâmicas de poder, escolhas políticas e narrativas geopolíticas de uma época. Eles celebram o que é considerado “digno” de lembrança, muitas vezes exaltando interesses econômicos e projetos de dominação, enquanto apagam figuras importantes da história, tornando-as invisíveis nas narrativas e representações públicas do passado.

A escolha dos locais para erguer monumentos, especialmente em praças e centros cívicos, visa reforçar uma identidade coletiva e legitimar um sentimento de pertencimento. Esses espaços, por sua vez, tornam-se arenas de disputas sobre quem tem o direito de definir a história, como na Amazônia Legal, onde as narrativas públicas variam conforme as dinâmicas políticas e geopolíticas.

A Representação da Colonização: Casarões e Fortalezas

Monumentos como os casarões em São Luís (MA) e a Fortaleza de São José (AP) são testemunhos da exploração colonial e ocupação territorial (Figura 2 – A). Os casarões coloniais, adornados com azulejos de origem portuguesa, francesa e alemã, são hoje reconhecidos

pela UNESCO como Patrimônio Mundial e representam um legado de dominação e poder. A Fortaleza de São José de Macapá, construída entre 1764 e 1782 por escravos africanos e indígenas (Fig. 2 – B), reflete a estratégia de defesa portuguesa e a subordinação das populações locais no período colonial (Magalhães, 2006).

Figura 2: A - Casarões em São Luiz/MA e B - Fortaleza de São José de Macapá/AP



Fonte: © São Luís 2023 - <https://turismosaoluis.com.br>
 Governo do Estado do Amapá - <https://www.portal.ap.gov.br>

O interesse geopolítico de Portugal era garantir o domínio sobre as terras brasileiras, com base no Tratado de Madri de 1750, que estabeleceu os limites fronteiriços ao norte da colônia e impediu o avanço francês, que já havia conquistado a Guiana (Araújo, 1998; Magalhães, 2006). Já no final do século XIX e início do século XX, a exploração do látex foi um dos principais motores da economia amazônica, período também retratado em monumentos na região.

Exploração e Conquista do Mercado Internacional com o ciclo da Borracha

Em Manaus (AM), o monumento à abertura dos Portos, inaugurado em 1900, celebra a liberação dos portos e rios da Amazônia ao comércio internacional, simbolizando uma virada no ciclo da borracha (Fig. 3 – A). De forma similar, o Complexo do Ver-o-Peso, em

Belém (PA), foi importante ponto de transbordo para o comércio com a Europa (Fig. 3 – B), inserindo a Amazônia na economia global. Manaus e Belém, dependentes dessa atividade, tornaram-se centros comerciais com infraestrutura avançada, refletindo na arquitetura local inspirada no estilo europeu, fruto do impacto das atividades voltadas ao mercado local e internacional (Sarges, 2010).

Figura 3: A - Monumento à Abertura dos Portos em Manaus/AM e B - Complexo do Ver-o-Peso em Belém/ PA



Fonte: Instituto Durango Duarte - <https://idd.org.br> e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - <http://portal.iphan.gov.br>

A exploração do látex impulsionou o desenvolvimento urbano e a migração interna, como atestam as construções que marcaram o ciclo da borracha.

Monumentos do Ciclo da Borracha e o Legado da Infraestrutura

A infraestrutura criada durante o ciclo da borracha, como as três Marias (Caixas D'Água) em Porto Velho (RO), (Figura 4 – A) e Ferrovia Madeira-Mamoré, inauguradas em 1912, que conectava as regiões produtoras de borracha Brasil e Bolívia, assim como o Mercado Velho em Rio Branco (AC) erguido em 1929 (Figura 4 – B), que foi ponto central no comércio, simbolizam a importância da região no

comércio nacional e internacional e a influência do ciclo da borracha no desenvolvimento das cidades amazônicas e na economia do Brasil.

Figura 4: A - As três Marias em Porto Velho/RO e B - Novo Mercado Velho em Rio Branco/AC



Fonte: Tripadvisor.com - <https://www.tripadvisor.com.br>
Departamento de História do Acre - <https://portalamazonia.com>

Com o declínio da borracha, a mineração, especialmente o garimpo de ouro, foi assumindo um papel central na economia da região.

Integração econômica e Expansão do Estado: mineração, conquista e resistência

Os anos de 1960 e 1980 representaram um marco na integração da Amazônia ao restante do Brasil. A construção de grandes obras de infraestrutura, como a BR-364, a Transamazônica e sobretudo a criação de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) pelo Governo Federal, por meio do Decreto n.º 74.607/1974 e o Programa Grande Carajás (PGC), evidenciaram a produção mineral como um projeto de Estado. Esse processo gerou cidades-empresas em diversas localidades, como Serra do Navio e Vila Amazonas (Amapá), Vila Cachoeirinha e Vila Massangana (Rondônia), Porto Trombetas (Pará), Vila de Pitinga (Amazonas) e o

Núcleo Urbano de Carajás e Vila dos Cabanos (Pará), todas ligadas à exploração de minerais como manganês, cassiterita, bauxita e alumínio (Monteiro, 2005; Malheiro, 2021).

O Programa Calha Norte, juntamente com a atividade de garimpo, promoveu em Roraima a "corrida do ouro", atraindo garimpeiros de várias partes do país em busca de ouro e diamantes. A estátua do garimpeiro, erguida em 1969 (Figura 5), simboliza “o povo roraimense” e testemunha a presença do Estado no incentivo à ocupação e exploração mineral da Amazônia durante a ditadura militar (Espiridião, 2011). Atualmente, esse legado se reflete no conflito entre garimpeiros e os indígenas Yanomami, em um cenário de degradação ambiental e social.

Figura 5: A – Estátua do Garimpeiro em Roraima/RR



Fonte: Fabrício Araújo/G1 RR/Arquivo - <https://g1.globo.com>

O discurso hegemônico do garimpeiro como promotor de desenvolvimento é contestado pela degradação ambiental associada à atividade. Embora legislações como as de Crimes ambientais de 1998 busquem mitigar os impactos, a mineração ainda é disseminada como um dos setores para gerar emprego e combater a pobreza no estado.

A Invisibilidade dos Povos Indígenas e Negros nas representações

Em Palmas (TO), a capital mais recente do Brasil, uma escultura simboliza uma família que representa os “primeiros moradores” (Figura 6 – A). Localizada na maior praça da América Latina, a obra omite a presença e a contribuição dos povos indígenas e negros na construção da cidade e da região. Em contrapartida, o Monumento dos Bandeirantes, inaugurado em 1969 em Cuiabá (MT), faz referência ao bandeirante Pascoal Moreira Cabral, considerado o fundador da cidade (Figura 6 – B). Embora o monumento celebre a fusão das culturas branca, indígena e negra durante a exploração do ouro no século XVIII, ele evidencia as relações de poder e dominação, colocando a figura do homem branco no centro, em posição de comando, enquanto o negro e o indígena são representados de forma auxiliar.

Figura 6: A - Súplica dos Pioneiros em Palmas/TO e B – Monumento dos Bandeirantes em Cuiabá/MT



Fonte: Súplica dos Pioneiros - <https://www.tripadvisor.com.br>
Tita Mara Teixeira/G1 MT - <https://g1.globo.com>

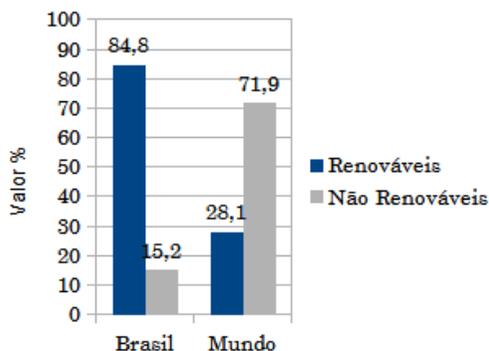
Esses monumentos revelam as relações de poder e dominação que marcaram a história da Amazônia, perpetuando uma narrativa colonial na qual a presença de indígenas e negros é relegada a um papel secundário ou invisível, continuando a marginalização dessas populações nas representações históricas oficiais.

A Geopolítica atual da Amazônia

A Amazônia desperta interesses hegemônicos devido ao seu vasto potencial como reserva de recursos naturais e território estratégico em contextos econômicos e geopolíticos globais. A crescente mercantilização dos recursos naturais, como ar, biodiversidade e água, amplifica sua importância estratégica e acirra as disputas internacionais pelo acesso e controle a esses recursos. Esse interesse se reflete nas vantagens econômicas associadas à extração de madeira, produção de carne e grãos, mineração e construção de hidrelétricas (Cavalcante, 2012; Amin, 2015).

A geopolítica atual que envolve a região amazônica é influenciada por sua biodiversidade e recursos hídricos, em meio aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela transição energética. Uma vez que o Brasil se destaca no cenário global por sua matriz energética predominantemente renovável (Figura 7), com mais de 80% da eletricidade proveniente de hidrelétricas, solares, eólicas e outras fontes renováveis (Schutze, Bines & Assunção, 2022).

Figura 7: Comparativo entre fontes renováveis e não renováveis na geração de energia elétrica no Brasil e no mundo



Fonte: Elaborado a partir da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Disponível em <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-eletrica>.

Segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente (2020), os estados da Amazônia Legal abrigam quatro das cinco maiores usinas hidrelétricas no Brasil (Belo Monte, Tucuruí, Jirau e Santo Antônio) que, juntas são responsáveis por mais de 27% da geração de energia elétrica nacional, enquanto a região consome apenas 11% do total do país. Esses dados evidenciam que a Amazônia contribui significativamente para o suprimento energético nacional, exportando energia para outras regiões do Brasil. No entanto, paradoxalmente, mais de 14% da população local ainda não tem acesso à energia gerada, inserida no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Cerca de 3 milhões de habitantes da região Amazônica ainda não estão conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e dependem de Sistemas Isolados (SIS), com a demanda energética suprida principalmente por termelétricas movidas a combustível fóssil (óleo diesel). Estima-se que quase 1 milhão de pessoas na região vivam sem acesso contínuo à energia elétrica, ou com fornecimento limitado a algumas horas diárias, por meio de geradores a diesel ou a gasolina (IEMA, 2020).

Essa disparidade no acesso à energia reflete as desigualdades estruturais da região, onde os investimentos em infraestrutura energética hídrica priorizam interesses corporativos e metropolitanos, negligenciando a inclusão de áreas periféricas, como a Amazônia, no Sistema Interligado Nacional (Zambonin, 2024). Esse processo intensifica a exploração dos recursos naturais e das populações locais, resultando na desterritorialização das comunidades afetadas por grandes projetos hidrelétricos (Cavalcante, 2024; 2012). Assim, ocorre uma apropriação dos bens públicos e uma expropriação das condições de vida das comunidades

Amazônicas, marginalizadas em benefício de interesses externos (Araújo, 2022).

Embora a transição energética se apresente como uma oportunidade sobre o apelo ao desenvolvimento sustentável, ela também impõe desafios relacionados à equidade social e à integridade ambiental. As tensões sociais geradas pelas atividades de mineração e o aumento dos crimes ambientais podem comprometer os esforços da América do Sul em expandir sua influência geopolítica, prejudicando a imagem internacional da região e sua capacidade de negociação a luz da justiça social e ambiental (Bickel & Mia, 2023).

Segundo Bickel & Mia, (2023), a floresta amazônica desempenha um papel fundamental na absorção de carbono, destacando sua importância nos esforços globais de mitigação climática. Além disso, os minerais presentes na região, como lítio, são essenciais para a transição energética e o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono. Castro (2021) destaca que o potencial hidrelétrico da Amazônia supera o do petróleo do pré-sal, sinalizando uma mudança para fontes de energia renováveis que contribuem para a segurança energética regional e nacional.

Nesse contexto, há um envolvimento significativo de diversos atores, incluindo movimentos ambientalistas, ONGs e iniciativas de cooperações técnica, financeira e científica ao nível global. Esses esforços impulsionam uma agenda de implementação de políticas ambientais, como o sequestro de carbono (Bickel & Mia, 2023). Na Amazônia, legal, 42 empresas atuam em redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), sendo 9 empresas estrangeiras e 33 empresas brasileiras (25 do Sudeste, 2 do Sul e 6 do Norte).

Com o agravamento das mudanças climáticas e a transição energética, a cooperação entre os países da Pan-Amazônia torna-se uma estratégia essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. Mecanismos de integração regional, como o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Pacto Andino e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), desempenham um papel importante na promoção da cooperação e do desenvolvimento regional. A Amazônia, como ponto de conectividade estratégica, exige avanços científicos e tecnológicos, além da soma de esforços para enfrentar os novos desafios impostos pela crise climática e pela transição energética.

Considerações

A inserção da Amazônia nas dinâmicas geopolíticas globais revela a complexidade histórica da região, que tem sido marcada por disputas constantes em torno da utilização de seus recursos naturais desde o período colonial até a contemporaneidade. A geopolítica amazônica, ao longo do tempo, tem sido dominada por projetos de integração territorial e expansão econômica, para acessar aos recursos naturais, com impactos significativos nas comunidades tradicionais e no ecossistema local. Essas dinâmicas de poder, muitas vezes representadas em monumentos históricos em espaços públicos, perpetuam um legado de exclusão e marginalização das populações tradicionais amazônicas, consolidando narrativas históricas que favorecem as elites dominantes e ocultam os amazônidas e o seu legado na preservação desse importante bioma.

Atualmente, a Amazônia ocupa uma posição central nas discussões globais sobre mudanças climáticas e transição energética, exigindo ações coordenadas ao nível regional e internacional. Nesse

cenário, a cooperação regional e internacional é essencial para enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos, respeitando a diversidade cultural e ecológica da região. Essa cooperação é importante, considerando a negligência histórica dos projetos de poder que moldaram, e continuam a influenciar, a identidade e o futuro da Amazônia.

Referências

ARAÚJO, G. V. L. O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira: desterritorialização, Reterritorialização e a temporalidade dos impactos em Vila do Teotônio/Brasil e Cachoeira Esperanza/Bolívia. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

ARAÚJO, H. **A Fortaleza de São José de Macapá: perfil histórico**. Macapá: Governo do Estado do Amapá, Fundação de Cultura do Estado, Departamento Cultural e Histórico, Divisão Fortaleza de São José de Macapá, 1998.

AMUSQUIVAR, E. L. & PASSOS, R. D. F. A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial. **Revista Brasileira de Estudos e Defesa**. v. 5, n. 1, jan./jun. 2018, p. 19-40. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75055>. Acesso em: 10 nov. 2004

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática. 1990.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**. v.19, n. 53, 2005.

BICKEL, J. P. M. & MIA, I. Geopolitics and Climate Change: The Significance of South America. **Survival**. v. 65 n. 4, 2023. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2023.2239062>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CAVALCANTE, M. M. A.; SANTOS, L. J. C. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 15, 2012.

CAVALCANTE, M. M. A.; SILVA, G. A. M. Direito Difuso e Coletivo de Comunidades Impactadas por Hidrelétricas na Amazônia: o caso das usinas no Rio Madeira em Rondônia. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**. v. 17, n. 6, P. 1-19, 2024.

CASTRO, C. P. Hydropower and the geopolitics of renewable energies in the Amazon Basin. **Ambiente & Sociedade**. v. 24, 2021.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação regional do Brasil**. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1967.

Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ESPIRIDIANO, F. **Histórias de garimpo**: extração mineral em terras roraimenses. Fortaleza: Tipogresso, 2011. 163p

IEMA. Instituto de Energia e Meio Ambiente. Exclusão elétrica na Amazônia Legal: quem ainda está sem acesso à energia elétrica? Brasília, DF: **IEMA**, 2020. Disponível em: <http://energiiaeambiente.org.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

IIRSA. Iniciativa para implantação da infraestrutura regional da América do Sul. Brasília, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

MAGALHÃES, M. P. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. **Boletim Museu Emílio Goeldi**: Ciências Humanas, v. 1, n. 3, p. 33-59, Pará, 2006. Disponível em https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/F9h8PJp8y66kbjXp37dvsm/?format=pdf&lang=pt_. Acesso em: 10 nov. 2024.

MALHEIRO, B. C., Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 24, n. 59, p. 13-35, Dossiê, 2021.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**. v.19, n.53, 2005.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1988.

MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

SCHUTZE, A.; BINES, L.; ASSUNÇÃO, J. Rios de diesel na Amazônia Legal: por que a região com as maiores hidrelétricas do país depende de combustível caro e poluente? **Climate Policy Initiative**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org>. Acesso em: 2 nov. 2024

STEUCKERS, R. Rudolf Kjellen (1864 – 1922). **Vouloir**. n. 9, Printemps, 1997. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/464560946/Rudolf-Kjellen-Robert-Setuker1864-1922-08>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ZAMBONIN. R. V. Desvendando a Lógica e as Estratégias do Macrossistema Brasileiro de Geração-Transmissão-Distribuição: o caso de Roraima e seus desafios energéticos. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - PPGG/UNIR. Porto Velho - RO, 2024.

Submetido em 15/11/2024

Aceito em 21/02/2025